

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

HESTER DUTRA DOS SANTOS

DIPLOMÁTICA E TIPOLOGIA DOCUMENTAL:
ANÁLISE APLICADA AOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Goiânia
2013

HESTER DUTRA DOS SANTOS

DIPLOMÁTICA E TIPOLOGIA DOCUMENTAL:
ANÁLISE APLICADA AOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria de Fátima Garbelini.

Goiânia

2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Santos, Hester Dutra dos.

P444 Diplomática e tipologia documental: análise aplicada aos títulos da dívida
[manuscrito] / Hester Dutra dos Santos, - Goiânia (GO): 2013.
59 p. il.; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Garbelini.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade federal de
Goiás, Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, 2013.

Bibliografia.

1.Diplomática. 2. Tipologia Documental. 3. Títulos da Dívida Pública. 4. Ciência da
Informação. 5. Análise diplomática de títulos da dívida pública. I. Título.

CDU: 025.21

HESTER DUTRA DOS SANTOS

**DIPLOMÁTICA E TIPOLOGIA DOCUMENTAL:
ANÁLISE APLICADA AOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Biblioteconomia da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade federal de Goiás, para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia, aprovado em _____ de _____ de _____, pela banca Examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof^a. Dr^a. Maria de Fátima Garbelini – UFG
Presidente da Banca

Prof^o. Ms. Arnaldo Alves Ferreira Júnior – UFG
Membro Examinador

Goiânia
2013

*Dedico este trabalho a mim, aos meus pais e meus irmãos, pelo companheirismo, carinho,
amor, paciência que me deram ao longo de todos esses anos*

AGRADECIMENTOS

A Deus, em primeiro lugar, por ter me dado força, fé, e a vitória em mais uma etapa da minha vida.

Ao meu pai, Carlos, por estar ao meu lado me amando, apoiando, incentivando e aconselhando durante todo o tempo.

A minha mãe, Rosângela, pelo amor incondicional, pela paciência, pelos conselhos, pela força que ela tem me dado e pelas orações que ela tem feito para mim.

Aos meus irmãos, Nelson e Luana, pelas brincadeiras, pelas brigas, pelas risadas, por serem apenas os melhores irmãos do mundo.

A Prof^ª. Maria de Fátima Garbelini, pelo apoio, pelas orientações, pela paciência e incentivo ao longo desta pesquisa.

Ao Prof. Antônio Pinheiro, pela ajuda, atenção, pelas orientações ao longo desta pesquisa.

A minha amiga, Mayan, por ter ficado todos esses anos ao meu lado e me ajudado, pelas risadas, brincadeiras, pelos momentos felizes que sempre ficarão na lembrança.

Ao meu amigo, Caio, pelos momentos alegres, por ter sido meu amigo durante esses anos.

A minha amiga, Simonne, pelas risadas, pelo apoio, pela força, e por ter ficado ao meu lado durante esse ano.

E a todos os meus colegas do curso do ano de 2010, pelas vitórias, alegrias, e por terem me dado a oportunidade de levar cada um na lembrança.

“Em uma época de mudanças drásticas, são os que têm capacidade de aprender que herdaram o futuro. Quanto aos que já aprenderam, estes descobrem-se equipados para viver em um mundo que não existe mais.”

Eric Hoffer

RESUMO

O presente trabalho apresenta um estudo sobre a aplicação da diplomática nos títulos da dívida pública brasileira. Aborda termos interdisciplinares entre a biblioteconomia, arquivologia, museologia e ciência da informação. Realizou-se uma revisão de literatura com os temas de: ciência da informação, arquivologia, biblioteconomia e museologia; documentos arquivísticos; diplomática e tipologia documental; títulos da dívida pública. As principais estudiosas sobre diplomática e tipologia documental apresentadas nesta pesquisa foram Luciana Duranti e Heloísa Liberalli Belloto. A natureza da pesquisa foi aplicada descritiva, utilizando o levantamento e uma abordagem quantitativa. Com a análise constatou-se que os documentos são diplomáticos.

Palavras-chave: Diplomática. Tipologia Documental. Títulos da Dívida Pública. Ciência da Informação.

ABSTRACT

The present work presents a study on the application of diplomatic titles in Brazilian public debt. Interdisciplinary approaches between the terms librarianship, archivology, museology and information science. We conducted a literature review on the topics of: information science, archivology, librarianship and museology, archival documents, diplomatic and documental typology; public debt. The main scholars on diplomatic and documental typology presented in this research were Luciana Duranti and Heloisa Liberalli Belloto. The nature of applied research was descriptive, using survey and a quantitative approach. With the analysis it was found that the documents are diplomatic.

Keywords: Diplomatic. Document Type. Government Bonds. Information Science.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Frente do Título da Dívida Interna	35
Figura 2 – Verso do Título da Dívida Interna	36
Figura 3 – Cupons do Título da Dívida Interna	37
Figura 4 – Verso dos Cupons do Título da Dívida Interna	38
Figura 5 – Frente do Título da Dívida Interna	39
Figura 6 – Verso do Título da Dívida Interna	40
Figura 7 – Cupons do Título da Dívida Interna	41
Figura 8 – Verso dos Cupons do Título da Dívida Interna	41
Figura 9 – Título da Dívida Externa	42
Figura 10 – Título da Dívida Externa	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Critérios para Análise Documental	31
Quadro 2 – Critérios para Análise Documental	44

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	14
2.1 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA	14
2.2 DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS	18
2.3 DIPLOMÁTICA E TIPOLOGIA DOCUMENTAL	20
2.4 TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA	23
3 METODOLOGIA.....	25
3.1 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	25
3.2 LAUDO PERICIAL DE EXAME DOCUMENTAL E GRAFOTÉCNICO	26
3.2.1 Técnicas Utilizadas para Análise.....	26
3.2.2 Posse dos Documentos	27
3.3 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	27
3.4 ETAPAS DA PESQUISA	28
4 ANÁLISE DOS TÍTULOS PÚBLICOS	30
4.1 ANÁLISE DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA.....	30
4.1.1 Análise Diplomática dos Títulos.....	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

A história é algo que sempre chamou a atenção do homem, a curiosidade de desvendar um passado que em sua maioria encontra-se obscuro e intocável, faz que estudos sejam criados e aperfeiçoados para navegar em histórias e fatos que ocorreram há décadas, séculos e milênios atrás. A história permitiu e continua permitindo ao homem a sua evolução.

Com os estudos e as pesquisas realizadas, nos proporcionou conhecer melhor as relações e fronteiras frente às áreas da ciência da informação, e o principal objeto de estudo desta pesquisa são os títulos da dívida pública brasileira, documentos que foram emitidos logo após a primeira guerra mundial, e que são utilizados até nos dias atuais, eles serão analisados na sua descrição e avaliação de acordo com as metodologias da Diplomática.

Este trabalho possuirá como fundamentação teórica a importância da diplomática e tipologia documental para tratar da veracidade dos documentos. Foram feitas duas análises, a primeira foi uma análise inicial e a segunda foi a análise diplomática.

O presente trabalho surgiu do interesse de analisar, avaliar e levantar dados sobre os Títulos da Dívida Pública Brasileira, e verificar se os títulos são ou não de caráter diplomático.

O objetivo geral do trabalho é: saber da autenticidade diplomática dos títulos da dívida pública brasileira. E os objetos específicos são: identificar se os títulos são diplomáticos; identificar quais são os métodos utilizados para verificar a autenticidade dos documentos; pesquisar quais os materiais utilizados para a verificação da autenticidade dos documentos. No final do trabalho apresentamos uma análise diplomática aplicada aos documentos, e uma breve análise dos documentos, como por exemplo, cor, tamanho desenhos e etc., e também as considerações finais frente a este trabalho.

Conforme Rodrigues (2008) o serviço proposto pelo arquivista tem como responsabilidade se basear na veracidade documental, e para se conseguir tal veracidade é necessária que, se faça levantamentos, pesquisa aplicada juntamente com a coleta de dados para um auxílio melhor, e a utilização de fontes de informação para suprir as necessidades da pesquisa.

A diplomática é uma disciplina da arquivologia que busca pela veracidade de documentos públicos e privados, e os documentos que serão tratados nesta pesquisa, implicaram e continuam implicando no desenvolvimento socioeconômico brasileiro.

Os títulos públicos são documentos que possuem informações registradas, e para Guimarães e Tognoli (2007) “a ciência da informação é uma área que estuda por excelência, a produção, a organização e o uso da informação registrada”, com isto é visto que,

pode-se dizer que a Ciência da Informação nutre, teórica e metodologicamente, os fazeres arquivístico e bibliotecário enquanto a Arquivologia e a Biblioteconomia atuam como campos de aplicação e validação das teorias e metodologias oriundas da Ciência da informação. (GUIMARÃES; TOGNOLI, 2007).

Diante disso, a pesquisa além de apresentar conceitos de diplomática arquivística, mostra o pensamento de alguns autores referente à relação interdisciplinar entre a Biblioteconomia e a Arquivologia e o trabalho que ambas podem efetuar juntas.

Logo, realizou-se uma revisão de literatura voltada para a interdisciplinaridade das áreas da ciência da informação, e a diplomática e tipologia documental aplicada em documentos arquivísticos, os tópicos contidos na revisão de literatura são: ciência da informação, arquivologia, biblioteconomia e museologia; documentos arquivísticos; diplomática e tipologia documental; títulos da dívida pública.

Os critérios utilizados para a análise da diplomática foram das autoras Camargo (1996), Belloto (2002), e Gonçalves (1998), autoras que tiveram como base os estudos de Duranti (1995), mas, todos os conceitos foram organizados por Pinheiro (2012). Os títulos foram analisados de forma diplomática e pode-se contar com alguns dados do laudo pericial de cada título.

Os documentos analisados foram dois da dívida pública interna, e dois da dívida pública externa.

Foi muito gratificante realizar este estudo e pesquisa, mas ao mesmo tempo muitos desafios foram encontrados por não termos durante a graduação uma disciplina sobre conceitos básicos de arquivística, porém, os objetivos traçados para esta pesquisa foram alcançados com sucesso.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para a sustentação teórica deste trabalho, realizou-se uma revisão de literatura abordando os temas ciência da informação, arquivologia, biblioteconomia e museologia; documentos arquivísticos; diplomática e tipologia documental; títulos da dívida pública.

2.1 CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA

Para Ortega (2004) o surgimento datado do início das coletâneas de documentos, ou a “primeira biblioteca primitiva”, foi registrado no terceiro milênio a. C. Esta “biblioteca primitiva” se remete a Biblioteca de Ebla, na Síria, onde, esta coletânea era formada por textos da ciência, da literatura e da administração, estes textos foram gravados em 15 mil tábuas de argila, que foram organizadas com circunspeção em estantes de acordo com o assunto tratado, também havia 15 tábuas menores que continham resumos dos documentos.

A sociedade a partir de 3000 a.C. deixou de ser constituída por “tribos” ou “hordas pastoris nômades” para ser um novo estado artesanal, com isso, depois de toda essa mudança social, a divisão do trabalho foi crescente nessa nova sociedade, gerando assim, uma nova ordenação política e religiosa. Todas essas questões foram cruciais para serem criados os “primeiros estados da antiguidade”, como por exemplo, a “Mesopotâmia, Egito, Suméria e Babilônia” (SIQUEIRA, 2010, p. 55)

Neste contexto, Siqueira (2010) afirma que, toda a informação que foi surgindo em tábuas de argila através dessa nova sociedade urbana, fez com que nascessem as “protobibliotecas e os protoarquivos”. Percebe-se que ambas as autoras Ortega (2004) e Siqueira (2010) seguem a mesma linha de pensamento, porém, utilizam de uma linguagem diferenciada para o surgimento das primeiras bibliotecas.

No primeiro momento se tem a biblioteca com catálogos em fichas, e em um segundo momento se tem a biblioteca automatizada, utilizando de computadores para serviços de catalogação, indexação e classificação, oferecendo aos usuários catálogos *online* aos bancos de dados, facilitando a recuperação e a disseminação da informação. (OHIRA; PRADO, 2002, p. 61).

A acessibilidade que é tão prezada por essa nova sociedade da informação, faz que a biblioteca virtual seja acessada por qualquer pessoa em qualquer lugar do mundo, e este

benefício fará com que os usuários acessem o mesmo documento ao mesmo tempo, sem precisar esperar para utilizar determinado texto, a menos que a biblioteca física possua mais de um exemplar, esta prática não aconteceria. (MARCHIORI, 1997, p. 1).

A arquivologia iniciou-se basicamente conectada ao exercício de arquivar, resguardar e organizar o conhecimento humano. No século XIX, inicia-se o andamento de sua concretização como matéria científica, primeiramente como uma matéria assistente da história e da administração, depois, no século XX, com a ciência da informação, ciência habitualmente caracterizada como “social, interdisciplinar e pós-moderna” (MEDEIROS; NODARE; ARAÚJO, 2010, p. 44).

Conforme Freire (2006) a informação com o passar dos tempos, se tornou mais constante na vida do ser humano, o seu campo de atuação e desempenho foi evoluindo, com isto, a sua assimilação com a humanidade contemporânea se denomina como sociedade da informação. De acordo com Oliveira e Crespo (2012) a Ciência da informação teve seu início a partir da segunda metade do século XX, por causa da disseminação dos utensílios tecnológicos. Com isto,

para Le Coadic a ciência é um movimento social que é estabelecido pela economia e pela história, com isto, a CI nasceu da necessidade de se examinar as características da informação e os seus métodos de sua “construção, comunicação e uso” (LE COADIC, 1996, p. 19 *apud* OLIVEIRA; CRESPO, 2012, p. 68).

Conforme Toutain a Ciência da Informação é:

Ciência que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam o fluxo da informação e os meios de processamento da informação para um máximo de acessibilidade e uso. Os processos incluem a geração, disseminação, coleta, organização, armazenamento, recuperação, interpretação e uso da informação. (TOUTAIN, 2007, p. 77).

Segundo Jorente (2012) a Ciência da Informação veio para administrar os problemas sociais encontrados entre a ciência, a tecnologia e o conhecimento. De acordo com Aldo Barreto (1998 *apud* JORENTE, 2012, p. 31) a CI (Ciência da Informação) se divide em três tempos distintos, onde, o primeiro é a gerência do fluxo informacional depois da II Guerra Mundial, o segundo é a relação cognitiva entre conhecimento e informação, e o terceiro seria o estudo contemporâneo, ou seja, os dias atuais.

Para Le Coadic (1996) e Toutain (2007) a CI é interdisciplinar, ela estuda as propriedades gerais da informação. Segundo Harmon:

A ciência da informação é um campo interdisciplinar que inclui tópicos tais como ciência do comportamento, classificação, transferência, linguagem e lingüística [...] e está estreitamente relacionada com a comunicação e o comportamento. (HARMON, 1971 *apud* TOUTAIN, 2007, p. 78)

A interdisciplinaridade entre a Ciência da Informação e “a antiga arte da biblioteconomia, a nova arte da computação, as artes dos novos meios de comunicação e ciências como a psicologia e a lingüística”. (FOSKETT, 1973, p. 164 *apud* FONSECA, 2005, 26).

A Ciência da Informação também pode ser caracterizada como “uma mistura peculiar de lingüística, comunicação, estatística e metodologia da pesquisa, junto com algumas técnicas da biblioteconomia, como indexação e classificação” (BROOKES, 1980, p. 128 *apud* FONSECA, 2005, p. 26).

De acordo com Oliveira e Crespo (2012) depois que a biblioteca passou a ser aberta ao público e um acervo que crescia cada vez mais, a Biblioteconomia começou a dividir das mesmas práticas da documentação. Foi a partir do século XX que a biblioteconomia e a documentação se separaram, porquanto a biblioteca começou a se voltar mais para a disseminação da educação, enquanto documentação continuou o seu curso utilizando as técnicas da biblioteconomia.

Segundo Tognoli (2012) a Ciência da Informação no Brasil por ser “uma ciência social aplicada”, ela acaba abarcando a Arquivologia, Museologia e a Biblioteconomia que de acordo com Smit (2003 *apud* SMIT, 1993) são as “3 Marias”.

O vocábulo museu se originou do termo *Mouseion* que foi fomentado na cidade de Alexandria a.C. De acordo com Suano:

As musas, na mitologia grega, eram as filhas que Zeus gerara com Mnemosine, a divindade da memória. As musas, donas de memória absoluta, imaginação, criatividade e presciência, com suas danças, músicas e narrativas, ajudavam os homens a esquecer a ansiedade e a tristeza. (1986 *apud* VEITENHEIMER-MENDES; FÁBIAN; SILVA, 2009, p. 191).

Para Granato (2009, p. 46) o termo “coleciona e conserva” estão relacionados à conservação do patrimônio em primeiro lugar e em segundo lugar está na conservação para futuras gerações, existe uma necessidade no ser humano de preservar algo que já se passou, mas essa memória conservada pode ser uma lembrança boa para algumas pessoas e ruim para outras. Na concepção de Desvallées e Mairesse (2010 *apud* LIMA, 2012, p. 35) a conservação é um “princípio que repousa essencialmente a idéia de preservação de um objeto ou um lugar”.

“Os museus são instituições que preservam referências patrimoniais e, por meio delas, propõe reflexões amplas sobre o homem, seu meio ambiente e suas atividades, por isso se vinculam necessariamente ao conhecimento interdisciplinar” (CÂNDIDO, 2009, p. 2). A museologia como campo das ciências sociais consegue interagir com outras áreas do conhecimento. De acordo com o museólogo Homulos (1990 *apud* SMIT, 2003, p. 5) não existe fronteiras rígidas entre os museus, arquivos e bibliotecas, e se colocar a biblioteca de um lado, e os museus de outro lado, os arquivos ficariam no meio, porque ambos lidam com arquivos.

Para Homulos (1990 *apud* SMIT, 2003, p. 6) o conjunto formado pelos arquivos, bibliotecas e museus “Instituições coletoras de cultura”, todas lidam com informação. O arquivista, museólogo e o bibliotecário acabam se tornando gestores da informação, e cabe a estes profissionais fazer a mediação da informação conservada ou colecionada com o seu público alvo.

De acordo com Granato (2009, p. 48) estão relacionados à dimensão da exposição, e isto acaba sendo uma das atribuições de um museu, sendo assim, a biblioteconomia usa da exposição quando se trata de uma biblioteca para divulgar e expor o acervo de uma biblioteca.

Segundo Granato (2009, p. 54), existem três áreas principais que definem os profissionais que podem ajudar museólogos nos serviços prestados a museus, que são as coleções e pesquisas, serviços para visitantes, e administração, gerenciamento e logística.

“Durante a Idade Média o termo museu foi pouco utilizado e acabou reaparecendo por volta do século XV quando o colecionismo tornou-se moda em toda a Europa” (RODRIGUES, 2010, p. 215). A forma de colecionismo que fez com que o museu fosse um termo bastante usado no século XVI foi à construção de jardins e a coleção de plantas inseridas nesses jardins.

Estes jardins se estabeleceram junto a faculdades médicas de universidades com a finalidade de promover o ensino dos futuros médicos visando proporcionar aos mesmos conhecimentos sobre as plantas – a base da maioria dos medicamentos, na época. [...]. O duque Ferdinando I organizou nos anos de 1590 um museu de história natural no jardim botânico de Pisa (Itália) e enviou seus botânicos para Creta para explorarem sua flora e fauna [...] [...] Numerosos cidadãos, clérigos, advogados, médicos e outros notáveis cultivaram jardins e museus e participavam de encontros, permutas e demonstrações que acabaram definindo o mundo do colecionamento. Os museus de história natural proliferaram no continente europeu. (VEITENHEIMER-MENDES; FÁBIAN; SILVA, 2009, p. 191).

Diante disto, alguns museus ficaram bastante conhecidos no período da Renascença. “Tais redutos do colecionismo são considerados quando possuidores de coleções de espécimes, os exemplares da natureza, como forma embrionária dos museus de História Natural” (LIMA, 2007, 5). De acordo com Rodrigues (2010, p. 219) para que o museu possa exercitar a sua missão de interagir com a sociedade, ele não pode ser somente um espaço de contemplação, tudo o que estiver inserido dentro dos museus devem ser interpretados, e para isso é necessário que “[...] ações pedagógicas se desenvolvam dentro da área das instituições museológicas e em sala de aula.” (RODRIGUES, 2010, p. 219).

A Pedagogia com contribuições que, enraizadas há mais tempo (sem estarem definidas sob essa terminologia), tiverem alcance mais efetivo nesse período pelo atendimento permanente feito pelos museus nos serviços prestados às escolas, às comunidades diversificadas e outras atividades educacionais específica da prática da disciplina Educação em Museus. (LIMA, 2007, p. 7)

Com tudo isso, Deschâtelet mostra que “o objeto da ciência da informação é mais a transferência da informação de uma fonte para um usuário do que a informação em si mesma”. (1990 *apud* FONSECA, 2005, p. 27)

2.2 DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS

O termo arquivologia pode ser exemplificado por “duas teorias de pensamentos distintas”, porquanto, “para os tradicionais europeus, o objeto de trabalho de arquivistas restringe-se aos documentos históricos, enquanto que para a teoria moderna norte-americana, a arquivologia aplica sua gestão documental a arquivos correntes e intermediários”. (PUPIM, 2010 *apud* PIETRO; CARVALHO, 2010)

O documento arquivístico é uma prática realizada há muitos anos, e que sofreu inúmeras mudanças/adaptações ao longo do tempo. Sendo assim, entende-se que documentos arquivísticos são:

“um ato ou serviço de coleta, processamento técnico e disseminação de informações e documentos. Unidade e registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato”.¹

Também podem ser denominados como:

¹ ARQUIVO NACIONAL. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 72-73.

“Informação registrada, independente da forma ou do suporte, produzida ou recebida no decorrer das atividades de uma instituição ou pessoa, dotada de organicidade, que possui elementos constitutivos suficientes para servir de prova dessas atividades”.²

Para Vieira (2001) a necessidade que o homem possui de gravar a informação de algo que aconteceu vem desde os primórdios, isso se sucedeu através do desejo de escrita ou da simples necessidade de sobrevivência da época, porém é uma necessidade que acompanha o ser humano até os dias atuais, e que contribuiu para a criação dos documentos, além disso, Ribeiro (1998) destaca que a arquivística como prática, acaba sendo tão antiga como a escrita, e com isso, “constituição de arquivos consubstancia-se na necessidade de preservar, ao longo dos tempos, a memória da atividade humana, através de registros sob as mais variadas formas e nos mais diversos suportes” (RIBEIRO, 1998, p. 25).

Do ponto de vista de Silva (1999) a escrita nasceu devido ao ser humano querer consignar os seus “atos, conhecimentos ou sentimentos”, e essa ação feita pelo homem fez que gerasse uma conscientização de que era preciso guardar esses registros que estavam sendo gerados, e para Silva (1999) está ação será denominada como um “fenômeno espontâneo” (SILVA, 1999, *apud* FREITAS, 2010, p. 7).

Na mesma linha de pensamento de Silva (1999), mas por outras palavras, Rodrigues (2006) mostra que o conceito de arquivo mudou conforme as mudanças ocorridas na política e na cultura da sociedade ocidental, com isso, os arquivos acabam sendo um espelho da sociedade que o constitui, e o modo como o deciframos, acaba seguindo as mudanças que acontecem na sociedade.

“Os arquivos conservam registro de ações e de fatos como prova da gestão que os produziram, dos quais são produtos naturais” (RODRIGUES, 2008, p. 33), logo “a origem do arquivo obedece a imperativos de ordem prática, corresponde à necessidade de constituir e conservar registros das ações e de fatos, a título de prova e de informação” (CAMARGO; MACHADO, 2000 *apud* RODRIGUES, 2008, p. 33). Os arquivos formam desde sempre “a memória das instituições e das pessoas” e se estabeleceu desde que “o Homem fixou por escrito as suas relações como ser social” (REIS, 2006, p. 2).

Nota-se que, para Vieira (2001) e Rodrigues (2008) os documentos servem para registrar fatos ocorridos em determinado tempo e espaço, e esses documentos são gerados

² CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Glossário de documentos arquivísticos digitais. Rio de Janeiro: 2004. p. 7.

através de “[...] uma entidade pública ou privada ou por uma família ou pessoa no transcurso das funções que justificam sua existência como tal, guardando esses documentos relações orgânicas entre si.” (BELLOTO, 2008, p. 15).

Para Vieira (2001) o documento consigna fatos por escrito que podem ser mitos ou reais, mas que traz sentido ao olhar de quem estiver interessado e com a vinda da ciência e a evolução da sociedade, a grande preocupação dos cientistas era provar as suas teorias, porquanto aquilo que não se prova não pode existir, com isso gerou o acúmulo de documentos.

De acordo com Schellenberg (2006) os arquivos como instituição certamente se originaram em meados do século V e IV na antiga civilização da Grécia, todos os documentos de suma importância eram conservados no templo chamado Metroon, no entanto, para Reis (2006) “os arquivos mais antigos que são conhecidos, remontam ao 4º milênio a. C., junto das civilizações do Vale do Nilo e Mesopotâmia”. (REIS, 2006, p. 3).

Na antiguidade as palavras ditas já bastavam como provas do que havia acontecido, porém elas foram cedendo para os novos meios de registro da informação, que de acordo com Vieira (2001, p. 2): “[...] a confissão que era a ‘rainha das provas’ foi cedendo lugar a tijolos, tábuas, pergaminhos, folhas, papiros, marfim, cortiça e papel”.

2.3 DIPLOMÁTICA E TIPOLOGIA DOCUMENTAL

A diplomática trata de documentos que, “[...] emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras, são submetidos, para efeito de validade, à sistematização, imposta pelo direito” (BELLOTO, 2008, p.1), ou seja, os documentos que são gerados ou pelo governo ou por pessoa física, utilizam-se da diplomática para a autenticação da veracidade de tais documentos.

A diplomática busca tratar da falsificação e autenticidade de documentos, com isso, ela deu início com o Papa Inocêncio III que,

no seu período de regência entre os anos 1198 a 1216, preocupou-se em garantir a autenticidade dos documentos pontifícios e para isso emitiu as seguintes bulas: *Licet ad regimen* (1198), que indicava os modos usados para falsificar bulas e *Pridem eo bulae* (1201) que informava a maneira de distinguir as bulas verdadeiras das falsas. (BERWANGER; LEAL, 2008, p. 26 *apud* LOPES, 2011, p. 35).

De acordo com Lopes (2011) no início do século XVII,

ocorreu a chamada “guerra diplomática”, quando o jesuíta Daniel de Papenbroeck pôs em dúvida alguns documentos beneditinos através da publicação do estudo da vida dos santos chamada *Acta Sanctorum*. Devido a esse estudo foi declarado falso um diploma assinado pelo Rei Dagoberto I. (LOPES, 2011, p. 35).

Segundo Rondinelli a diplomática tem como objetivo “[...] melhor compreender os processos de criação de documentos da burocracia moderna” (2002 *apud* BELLOTTO, 2008, p. 3), com isto, na concepção de Bellotto “O documento de arquivo não nasce por razões informativas simplesmente e, sim, por razões probatórias.” (BELLOTTO, 2008, p. 4).

Para Cencetti a diplomática na área documental é:

O estudo do ser e do acontecer da documentação, a análise da gênese, constituição interna e transmissão de documentos, como também de sua relação com os fatos e representados neles e com seus criadores. Portanto, tem para o arquivista, para além de um inquestionável valor prático e técnico, um fundamental valor formativo e constitui um prelúdio vital para sua disciplina específica, a ciência arquivística. (1985 *apud* BELLOTTO, 2008).

A diplomática divide-se em dois períodos, a diplomática histórica e a diplomática arquivística. O surgimento da diplomática no século XVII e nos séculos decorrentes fez com que o direito e a história aplicassem a suas metodologias no domínio da diplomática, com ela era possível se certificar da veracidade e da identidade de todos os documentos produzidos na época. (BELLOTTO, 2008, p. 3).

Segundo Gomes (1998) a diplomática surgiu através das mentes pensantes da Igreja Católica, e lá mesmo ficou anexada. D. Jean Mabillon que era beneditino na Congregação na França, publicou sobre *De Re Diplomatica Libri Sex* (1681), onde, o principal foco era sobre a ingenuidade documental, e foi esta obra que lançou os primeiros resquícios sobre diplomática. Depois desta publicação do *De Re Diplomatica Libri Sex*, outras publicações sobre diplomática foram publicadas por outros beneditinos.

Gomes afirma que:

Em Portugal, a Diplomática aplica-se desde cedo de forma empírica. A seleção de documentos medievais mereceu, nos alvares de Quinhentos, o aparecimento da chamada reforma da Leitura Nova, não só na Corte, como também nos Mosteiros de Alcobaça (Livros Dourados) e de Santa Cruz de Coimbra (Livros Autênticos). (GOMES, 1998, p. 626).

Percorrendo pelos próximos séculos (XVII, XVIII e XIX), a diplomática passa a ser uma “ciência auxiliar da historiografia, sob influência da Filologia e da própria História, pois é utilizada pra verificar a autenticidade documental de documentos medievais enquanto fontes históricas” (TOGNOLI; GUIMARÃES, 2009, p. 26).

Para Freitas (2010) a diplomática conseguiu progredir no século XIX na Alemanha e na Áustria através da colaboração de Ficker e Sickel que estudaram a diplomática com exatidão científica.

Conforme Tognoli e Guimarães (2009) foi no final do século XX que a diplomática se dividiu em histórica e arquivística, e foi a arquivística que principiou os arquivistas a partir da década de 80 na inauguração dos documentos contemporâneos. De acordo com Tognoli e Guimarães (2009), foi a partir desse período que a italiana Luciana Duranti, descobriu que a diplomática arquivística também se aplicava aos documentos contemporâneos, foi neste contexto que a diplomática deixou de ser uma simples “ciência auxiliar da história” para ser uma “ciência autônoma”.

A tipologia documental tem como objetivo o tipo documental, e como descreve Belloto (2002, p. 19) a tipologia documental é, “a ampliação da Diplomática em direção à gênese documental, perseguindo a contextualização nas atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora”.

De acordo com Rodrigues (2006) que se baseia na proposta de Luciana Duranti, prega que:

A correta delimitação da tipologia documental, considerada em função do seu contexto de produção, é de fundamental importância para definir sua classificação, valor para preservação ou eliminação e utilização. Na perspectiva tradicional da arquivística, para o conhecimento da gênese do documento, devemos partir da análise do geral para o particular, do órgão para o resíduo material do exercício de suas competências, que é o documento que circula e é acumulado no arquivo. Este é um axioma arquivístico para um segmento de teóricos na área, mas que vem se tornando objeto de reflexão entre os profissionais que estudam as questões de naturezas teóricas metodológicas propostas pela diplomática contemporânea, também chamada de tipologia documental. (DURANTI, 1994 *apud* RODRIGUES, 2006 p. 47).

Então, a tipologia documental nada mais é do que uma prática arquivística, que ajuda na análise, na classificação, na conservação documental, e com a tipologia documental a arquivística consegue ampliar a sua visão para um trabalho mais detalhado quando se tratar de documentos.

2.4 TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

De acordo com Ligieri (2008, p. 4) “o Brasil começou a recorrer a empréstimos externos junto a banqueiros ingleses no ano de 1824”, com isto,

parte desse empréstimo foi utilizado na liquidação da dívida de Portugal com a Inglaterra, conforme compromisso assumido pelo Brasil através do Tratado de Paz e Aliança, firmado em 1825 com Portugal, pelo qual aquele país reconhecia nossa Independência. Desde então, a Captação de Recursos Externos foi feita na conformidade de legislação específica, com emissão em forma Cartular de grande diversidade de Títulos de Renda Fixa (Obrigations, Bonds e Shares) para investimentos em obras de infraestrutura, portos, ferrovias e desenvolvimento de setores da economia nacional. (LIGIERI, 2008, p. 4)

A Grã-Bretanha supria o capital às autoridades brasileiras até após a Primeira Guerra Mundial, com isto, entre 1915 e 1930 fez com que o empréstimo público brasileiro reunisse em 54,3 milhões de libras esterlinas (D' ARAUJO, 2011). No ano de 1934, época em que Vargas assumia indiretamente a República, foram feitas novas negociações. (ABREU, 1975).

Com essas novas negociações, o Brasil tomou a iniciativa de oferecer aos seus cobradores que, transmutassem a dívida em títulos de longo prazo, e a nova negociação teria três vantagens, que seria:

render juros, pode ser objeto de transferência a terceiros para fins de conversão em capital de risco, tem o seu pagamento garantido pela formação de um fundo de amortização que o Brasil se compromete a constituir com recursos próprios. (BATISTA JR, 1988, p. 25).

Com esta nova negociação a dívida brasileira poderia contar com a ajuda de terceiros, e também com os recursos brasileiros. E com a esta dívida, vieram os títulos públicos.

Segundo o site do Tesouro Nacional (TN), a Dívida Pública Federal (DPF) é adquirida pelo próprio Tesouro Nacional para custear o déficit orçamentário do Governo Federal. Existem várias formas de classificar a dívida, porém, a forma em que se inserem os títulos públicos é a utilizada para o endividamento, eles são ferramentas utilizadas para a emissão de renda fixa para o Governo Federal por meio de leilões ou imediato ao detentor.

De acordo com informações cedidas pelo site do Tesouro Nacional, quando a DPF ocorre nacionalmente, ou seja, no real, é interna, e quando ela circula internacionalmente é externa. Com isto, sendo a dívida nacional é denominada com Dívida Pública Mobiliária

Federal interna (DPMFi), e sendo a dívida internacional é determinada como Dívida Pública Federal externa (DPFe).

Para Amaral e Oreiro,

a estrutura da dívida pública brasileira e, por sua vez, o mercado de títulos públicos explicitam uma possível fonte de perda de eficácia da política monetária. Pode-se constatar que essa não é a única, mas a forma como ocorre à ligação entre o mercado de títulos públicos e a política monetária caracteriza uma fonte peculiar de perda de eficácia da política monetária. O problema não advém da necessidade de a política monetária responder a uma ou mais variáveis, mas sim do fato de que tal resposta tem seus efeitos enfraquecidos, ou até mesmo distorcidos, pela característica do mercado de títulos da dívida. (AMARAL; OREIRO, 2008, p. 493)

Nos dias atuais os títulos que simboliza grande parte do estoque da dívida externa brasileira são os chamados “soberanos”. “A emissão destes títulos representou o retorno do Brasil ao mercado financeiro internacional”. Com isto, “as primeiras emissões foram realizadas no Japão, na Europa, e logo depois, nos Estados Unidos”. (VENCESLAU, 2005, p. 10).

3 METODOLOGIA

A seguir, serão apresentados os métodos e técnicas utilizados na execução desse estudo.

3.1 DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Para a elaboração da presente pesquisa, foram escolhidos os Títulos da Dívida Pública Brasileira, o objetivo desta pesquisa surgiu através da necessidade de aplicar uma análise diplomática a esses documentos, os títulos estão sobre a posse do Sr. Carlos Sebastião dos Santos.

O objeto de estudo foi os títulos, porém, no início da pesquisa, o problema estava em tratar a história desses documentos desde quando foram emitidos até os dias atuais. A pesquisa se estenderia muito se fosse por este caminho, surgiram barreiras tais como o fato de não ser possível traçar todo o percurso que os títulos percorreram ao longo de todos esses anos. Posteriormente, com algumas pesquisas, foi encontrado o conceito de diplomática e as suas práticas aplicadas a documentos arquivísticos.

Porquanto segundo Belloto (2002) a diplomática é uma “estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial”, com isto, são documentos “emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras (como é o caso dos notários), são submetidos, para efeito de validade, à sistematização imposta pelo Direito”. Deste modo, a análise diplomática foi aplicada aos Títulos da Dívida Pública. (BELLOTO, 2002, p. 13).

Os Títulos foram documentos emitidos como uma forma de empréstimo dos credores (Inglaterra e Estados Unidos da América) ao devedor (Brasil). São documentos diferentes em tamanho, cor e ano, eles servem ao mesmo propósito, todos aqueles que foram analisados nesta pesquisa.

Depois do levantamento dos Títulos, observou-se que não seria necessária a análise de muitos exemplares, porquanto os Títulos da Dívida Pública servem ao mesmo propósito, sendo assim, possuem a mesma informação. Com o levantamento feito, a análise diplomática foi aplicada aos documentos.

3.2 LAUDO PERICIAL DE EXAME DOCUMENTAL E GRAFOTÉCNICO

Todos os documentos analisados possuem um Laudo Pericial de Exame, onde ajudou e complementou a pesquisa feita a este trabalho. Os Laudos também servem para constatarem a veracidade dos documentos, porém, eles analisam outros quesitos mais minuciosos nos documentos.

Segundo Pires,

A perícia é a manifestação técnico-científica de qualquer dos ramos do conhecimento humano. O seu objetivo é o estudo do fato, característico e peculiar, que está sendo objeto de litígio extrajudicial ou judicial e que ocorre dentro do âmbito de qualquer uma das ciências definidas pelo homem. Sua finalidade é de estudar os contornos, bem como sua origem e reflexos que produz no mundo interior e exterior da ciência em questão para fornecer, através de um laudo, parecer ou relatório, em linguagem acessível ao ser humano normal, condições para o julgamento e apreciação jurídica do fato estudado. (PIRES, 1996, p. 2)

A incumbência pericial é a experiência e o conhecimento de uma pessoa em “matérias específicas” em “registros e documentos que deram origem a fatos”, referindo sua autenticidade e deliberando sobre suas “causas, essências e efeitos na coisa em lide”. A perícia aplicada tem por função direta e indireta das pessoas envolvidas ao profissional para que o mesmo delibere com relação a um caso predeterminado. “A perícia origina-se do interesse de pessoas litigantes, do interesse da justiça e, também do interesse público”. (D’AURIA, 1962 *apud* WERMANN, 2010)

3.2.1 Técnicas Utilizadas para Análise

De acordo com Costa (2007), Ligieri (2008) e Pinheiro (2009), as técnicas usadas para a análise dos documentos na forma de análise documentoscopia (laudo pericial) são:

- Visão e Tato;
- Luz Fria (por transparência);
- Luz de “Wood” (ultravioletas);
- Lupas Simples e Aplanáticas;
- Raios Infravermelhos;
- Microscópio.

3.2.2 Posse dos Documentos

Inicialmente realizou-se a separação dos documentos que seriam inseridos a esta pesquisa. As informações sobre os títulos para o estudo desta pesquisa foram cedidas pelo Sr. Carlos Sebastião dos Santos.

O Sr. Carlos foi gerente de uma grande empresa chamada “CLARK”, de 1977 a 1991. Por ser o gerente, seu Carlos também trabalhava no arquivo da empresa para o recebimento e despacho de documentos, certo dia olhando os arquivos, achou vários títulos da dívida externa e interna. Curioso por ter visto documentos diferenciados dos que estava acostumado trabalhar, começou a pesquisar sobre os documentos.

Por ser um colecionador de coisas antigas, seu Carlos começou a buscar em lojas de filatelas os títulos da dívida interna e externa para colocar em seu antiquário particular.

3.3 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A natureza da pesquisa será a aplicada, porquanto, de acordo com os autores Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p. 26) “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigida à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”. A abordagem do problema da pesquisa será quantitativa, onde, segundo Kauark, Manhães e Medeiros (2010, p. 26) “pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las”.

Este trabalho tem como objetivo a pesquisa descritiva, porque de acordo com Gil (2002, p. 42) “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Nesta pesquisa o procedimento metodológico escolhido para ser utilizado será o levantamento, que, de acordo com o autor Gil (2002, p. 50) “procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados”.

Ao decorrer da pesquisa foi buscado nos estudos da arquivologia, especificamente na área da diplomática, metodologias para a avaliação e descrição dos documentos estudados.

3.4 ETAPAS DA PESQUISA

Para a elaboração desta pesquisa foi feita primeiramente uma revisão de literatura, sobre ciência da informação, arquivologia, biblioteconomia e museologia; documentos arquivísticos; diplomática e tipologia documental; títulos da dívida pública; laudo pericial de exame documental e grafotécnico.

Com a revisão de literatura, pode-se fazer um levantamento sobre os critérios da diplomática e da tipologia documental que são necessários para a análise nos títulos da dívida pública, que é o objeto desta pesquisa. Neste tópico será feita a análise diplomática dos títulos. Será utilizado para esta análise critérios usados pelas autoras Camargo (1996) Belloto (2002) e Gonçalves (1998), autoras que tiveram como base os estudos de Duranti (1995), mas, todos os conceitos foram juntados e organizados por Pinheiro (2012).

Quadro 1 – Critérios para Análise Documental

CLASSIFICAÇÕES	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS
Suporte	Material sobre o qual as informações são registradas;	Fita magnética, filme de nitrato e papel;
Forma	Estágio de preparação e de transmissão de documentos;	Original, cópia, minuta, rascunho;
Formato	Configuração física de um suporte, de acordo com a natureza e o modo como foi confeccionado;	Caderno, cartaz diapositivo, folha, livro, mapa, planta, rolo de filme;
Gênero	Configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo;	Documentação audiovisual, fonográfica, iconográfica, textual;
Espécie	Configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas;	Boletim, certidão, declaração relatório, título;

Categoria	Dispositivos	Normativos	Lei, portaria, decreto, instrução normativa, estatuto, ordem de serviço, regimento, decisão, regulamento, acórdão, resolução, despacho decisório;
		De ajuste	Tratado, ajuste, convênio, termo, contrato, pacto;
		Correspondência	Alvará, intimação circular, exposição de motivos, aviso, edital, portaria, memorando;
	Testemunhais	Assentamento	Atas, termos, apostilamento, autos de infração etc.;
		Comprobatórios	Atestados, certidões, traslados, cópias autenticadas;
	Informativos	Pareceres, informações, relatórios, votos, despachos interlocutórios	
Natureza jurídica	Diplomáticos	De natureza jurídica, com formulas estabelecidas;	
	Não diplomáticos	Narrativos	
Grau de sigilo	Ostensivos	Que se pode mostrar ou ostentar;	
	Sigilosos	Ultra-secreto, secreto, confidencial, reservado;	
	Segundo a possibilidade de acesso	Classificados e Desclassificados;	
Circulação	Descendentes	Descem do Rei e das autoridades superiores;	
	Ascendentes	Sobem dos súditos às	

		autoridades superiores;
	Horizontais	Distribuem-se entre autoridades e pessoas ou autoridades do mesmo nível;

Fonte: Elaborado por Pinheiro (2012).

Posteriormente foi realizada a análise dos títulos da dívida pública com alguns outros quesitos utilizados pela análise arquivística. Os títulos analisados foram dois, sendo um da dívida pública interna e outro da dívida pública externa.

Para a análise dos títulos, contou-se com o auxílio dos seus laudos periciais de exame documental e grafotécnico, outro tipo de análise usado para constatar a veracidade dos documentos, porém, totalmente diferente da análise diplomática.

4 ANÁLISE DOS TÍTULOS PÚBLICOS

Neste tópico será abordado sobre a análise dos títulos e análise diplomática que foi aplicada aos documentos.

4.1 ANÁLISE DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Os títulos possuem a mesma informação e servem ao mesmo propósito. Eles possuem várias cores e tamanhos, porém, o que diferencia um documento de outro é a dia, mês e ano em que aquele título foi emitido, e também o valor que aquele determinado documento possui.

Os títulos que foram analisados para esta pesquisa se diferenciam em data, cor, tamanho e valor, também se diferenciam em título da dívida interna e título da dívida externa. Existem vários modelos de títulos, os grandes, pequenos, coloridos, sem cores, com bastante desenhos ao seu redor, outros sem nenhum desenho.

Os títulos que foram selecionados para a análise desta pesquisa são verdadeiros, eles estão em formato impresso, porém, para o corpo do texto, só foi possível disponibilizar as imagens.

Todos os títulos possuem cupons para serem destacados do documento. As pessoas que possuem o documento como forma de empréstimo, de seis em seis meses se dirige ao Tesouro Nacional e desconta os juros que tem a receber.

As figuras a seguir retratam o mesmo título. Os títulos podem ser diferentes nas cores, tamanhos, desenhos, porém, servem ao mesmo propósito.

As quatro imagens a seguir mostram um título da dívida interna de 28 de Novembro de 1956.

Figura 1 – Frente do Título da Dívida Interna

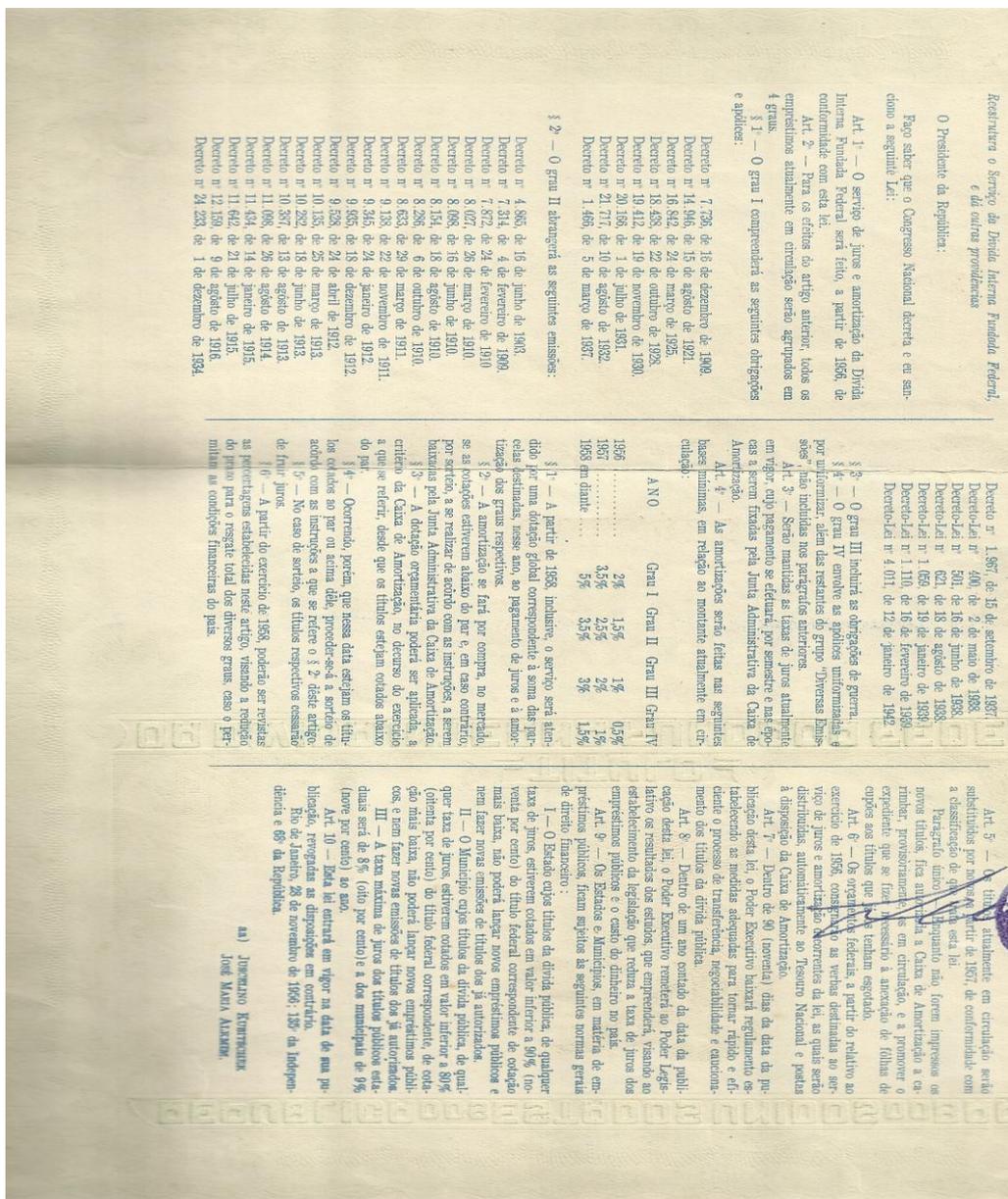


Fonte: (Acervo particular do Sr. Carlos Sebastião dos Santos).

Esta primeira figura mostra que o título possui um ornato na cor verde escuro com algumas folhas e outros detalhes, ao tocá-lo sente-se uma pequena elevação, como uma marca d'água. Uma marca da casa da moeda são as linhas onduladas que se cruzam ou entrelaçam simetricamente.

O papel escolhido para a fabricação dos documentos é um papel diferenciado. Os títulos públicos são documentos difíceis de serem falsificados por causa das marcas d'água, dos papéis que são utilizados e as impressões que são feitas.

Figura 2 – Verso do Título da Dívida Interna



Fonte: (Acervo particular do Sr. Carlos Sebastião dos Santos).

Atrás do documento a escrita em azul são os artigos e parágrafos da lei que autorizou a emissão do título. Atrás de cada cupom mostra somente a lei que autorizou a sua emissão. Ao fundo do documento há riscos como uma impressão de segurança.

Figura 3 – Cupons do Título da Dívida Interna



Fonte: (Acervo particular do Sr. Carlos Sebastião dos Santos).

Figura 4 – Verso dos Cupons do Título da Dívida Interna



Fonte: (Acervo particular do Sr. Carlos Sebastião dos Santos).

Os cupons possuem as mesmas características do título, neles também há as marcas d'água e as impressões de segurança. Atrás dos cupons também há as linhas onduladas que se cruzam ou entrelaçam simetricamente.

As imagens a seguir são de um título da dívida interna da Petrobrás. A tinta usada para a fabricação do título é vermelha e cinza. Esse título é de 30 de Novembro de 1957.

Figura 5 – Frente do Título da Dívida Interna



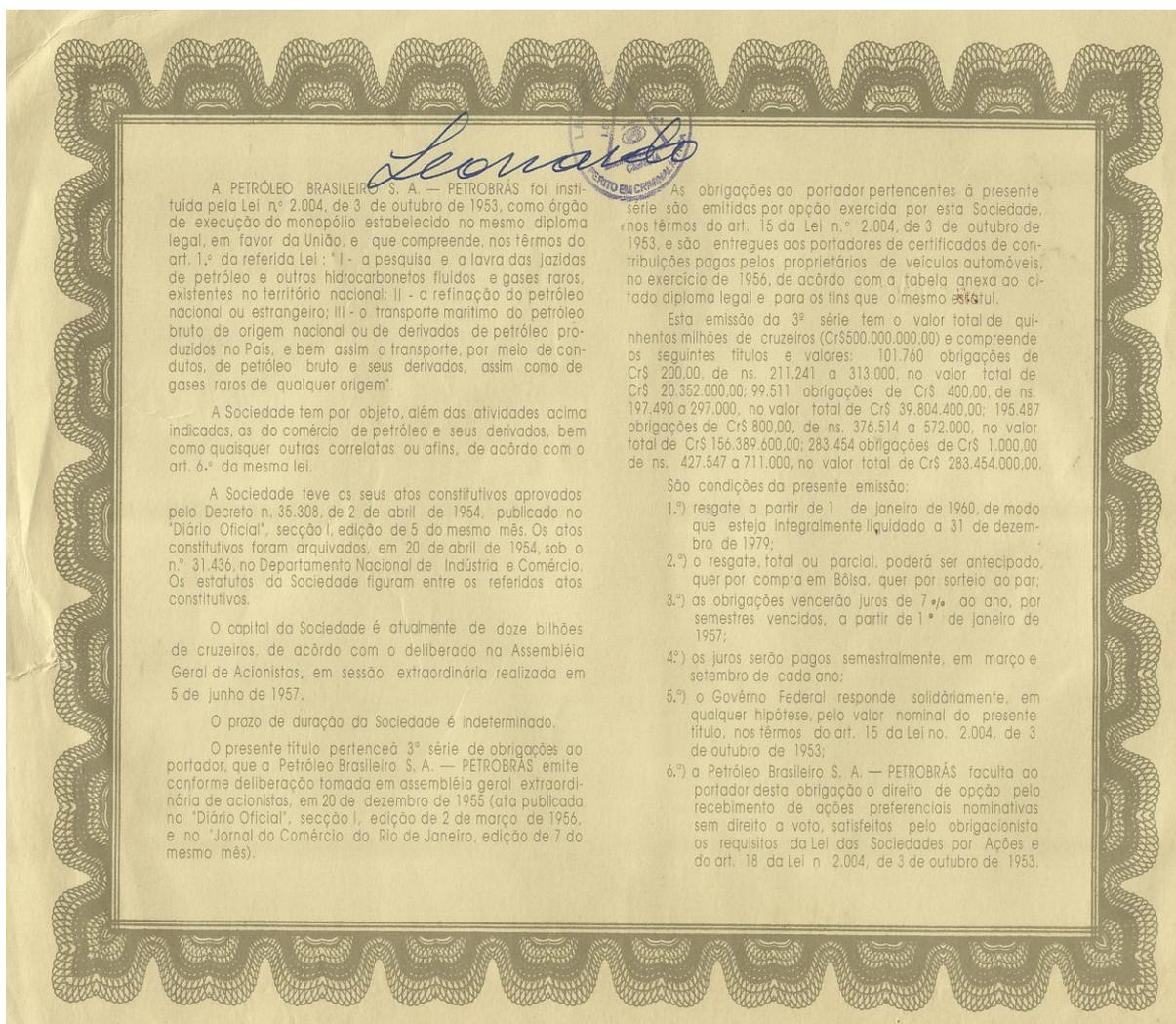
Fonte: (Acervo particular do Sr. Carlos Sebastião dos Santos).

A moldura do título mostra imagens de torres, tanques de refino de petróleo e navios, fazendo alusão da história da Petrobrás.

Ainda na moldura mostra-se um desenho bastante complexo, onde está escrito 1000 cruzeiros do lado esquerdo e direito. As linhas onduladas se cruzam ou entrelaçam simetricamente mostrando uma complexidade intencional para dificultar uma possível falsificação.

Ao centro do documento há uma lamparina de ferro, onde há raios na cor cinza em direção as bordas impressas em vermelho.

Figura 6 - Verso do Título da Dívida Interna



Fonte: (Acervo particular do Sr. Carlos Sebastião dos Santos).

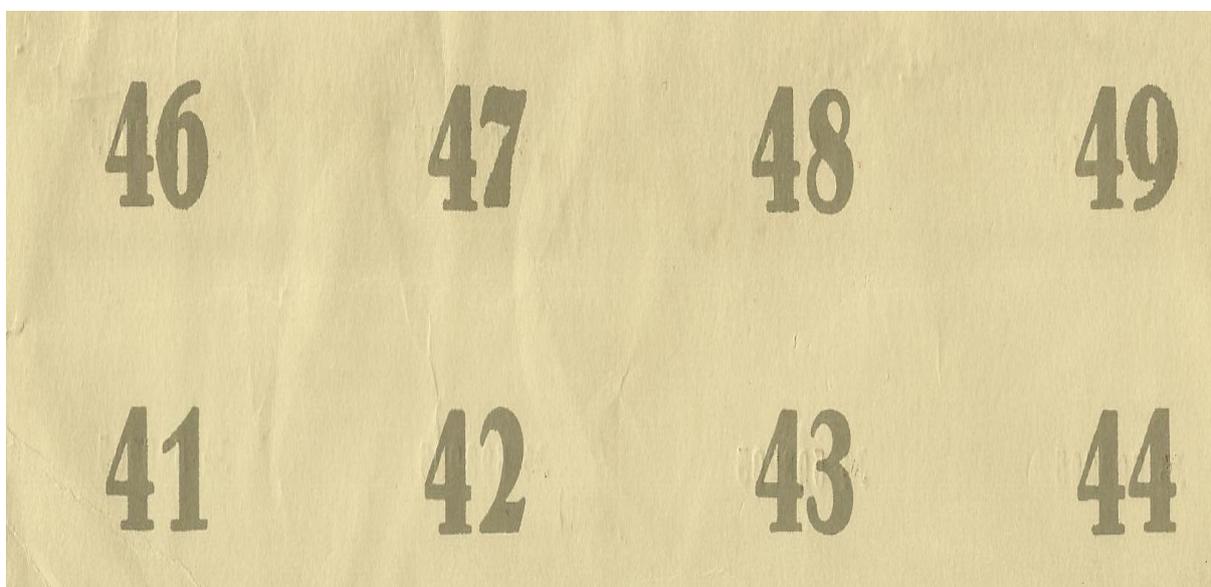
Este é o verso do título, onde traz o conteúdo e as leis que foram utilizadas para a emissão deste título.

Figura 7 – Cupons do Título da Dívida Interna



Fonte: (Acervo particular do Sr. Carlos Sebastião dos Santos).

Figura 8 – Verso dos Cupons do Título da Dívida Interna



Fonte: (Acervo particular do Sr. Carlos Sebastião dos Santos).

As duas figuras acima mostram a frente e o verso dos cupons do título da Petrobrás. Na frente do cupom pode-se notar novamente, o desenho da lamparina de ferro.

As figuras a seguir são dois títulos da dívida externa, ambos são títulos que vieram de Londres. Os títulos possuem uma moldura preta, e a diferença de ano entre eles é mínima, sendo um de 1919 e outro de 1915, porém, ambos os títulos possuem carimbos de um ano depois, o de 1919 tem o carimbo de 1 de janeiro de 1920, e o de 1915 possui o carimbo de 1 de janeiro de 1916.

Os títulos são bem parecidos por causa da data que foram emitidos, mas possuem algumas diferenças como a letra e a cor de fundo. Ambos foram impressos no mesmo lugar pelo George Berridge & Co., Printers, 174 Upper Thames Street, London E.C.4., na primeira figura está escrito fora da moldura no lado esquerdo, e na segunda figura está escrito fora da moldura em baixo.

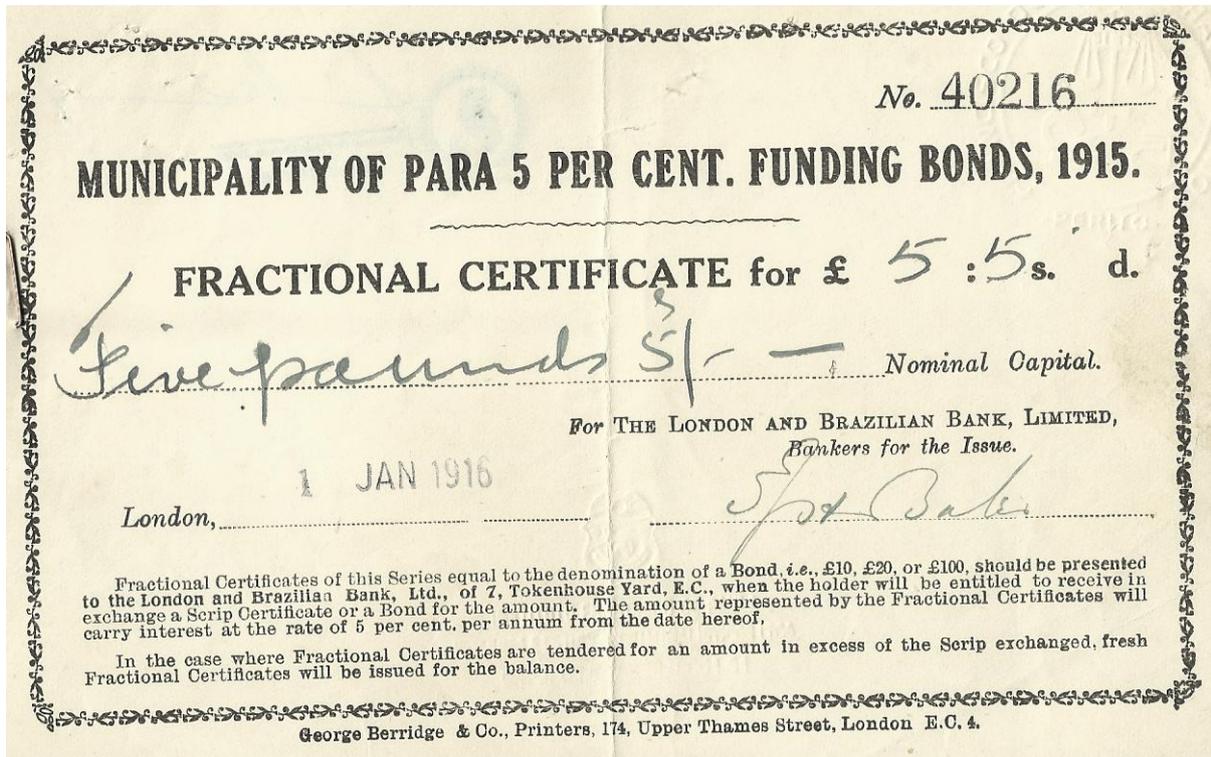
Na primeira imagem o título foi assinado no valor de duas libras, e no segundo no valor de cinco libras. Não foi necessário mostrar o verso das duas figuras a seguir porquanto, só há um carimbo pericial dos títulos, e este carimbo não faz parte da análise aplicada aos títulos.

Figura 9 – Título da Dívida Externa



Fonte: (Acervo particular do Sr. Carlos Sebastião dos Santos).

Figura 10 – Título da Dívida Externa



Fonte: (Acervo particular do Sr. Carlos Sebastião dos Santos).

4.1.1 Análise Diplomática dos Títulos

Neste tópico será feita a análise diplomática dos títulos. Será utilizado para esta análise critérios usados pelas autoras Camargo (1996) Belloto (2002) e Gonçalves (1998), autoras que tiveram como base os estudos de Duranti (1995), mas, todos os conceitos foram juntados e organizados por Pinheiro (2012).

Quadro 2 – Critérios para Análise Documental

CLASSIFICAÇÕES	DEFINIÇÃO	EXEMPLOS	
Suporte	Material sobre o qual as informações são registradas;	Fita magnética, filme de nitrato e papel;	
Forma	Estágio de preparação e de transmissão de documentos;	Original, cópia, minuta, rascunho;	
Formato	Configuração física de um suporte, de acordo com a natureza e o modo como foi confeccionado;	Caderno, cartaz diapositivo, folha, livro, mapa, planta, rolo de filme;	
Gênero	Configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo;	Documentação audiovisual, fonográfica, iconográfica, textual;	
Espécie	Configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas;	Boletim, certidão, declaração relatório, título;	
Categoria	Dispositivos	Normativos	Lei, portaria, decreto, instrução normativa, estatuto, ordem de serviço, regimento, decisão, regulamento, acórdão, resolução, despacho decisório;
		De ajuste	Tratado, ajuste, convênio, termo, contrato, pacto;

		Correspondência	Alvará, intimação circular, exposição de motivos, aviso, edital, portaria, memorando;
	Testemunhais	Assentamento	Atas, termos, apostilamento, autos de infração etc.;
		Comprobatórios	Atestados, certidões, traslados, cópias autenticadas;
	Informativos		Pareceres, informações, relatórios, votos, despachos interlocutórios
Natureza jurídica	Diplomáticos		De natureza jurídica, com formulas estabelecidas;
	Não diplomáticos		Narrativos
Grau de sigilo	Ostensivos		Que se pode mostrar ou ostentar;
	Sigilosos		Ultra-secreto, secreto, confidencial, reservado;
	Segundo a possibilidade de acesso		Classificados e Desclassificados;
Circulação	Descendentes		Descem do Rei e das autoridades superiores;
	Ascendentes		Sobem dos súditos às autoridades superiores;
	Horizontais		Distribuem-se entre autoridades e pessoas ou autoridades do mesmo nível;

Fonte: Elaborado por Pinheiro (2012).

A forma dos títulos que é o estágio de preparação e de transmissão de documentos é original, porém, esses documentos foram analisados em cópias para não sofrerem nenhum tipo de dano.

O formato em que estão inseridos, onde, é a configuração física de um suporte, de acordo com a natureza e o modo como foi confeccionado é a folha. Já o gênero dos documentos que é a configuração que assume um documento de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação de seu conteúdo, foi o gênero textual.

A espécie que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas é o título. Já a categoria em que se insere são os dispositivos normativos de instruções normativas.

Os documentos possuem a natureza jurídica de documentos diplomáticos que são formulas estabelecidas. Eles possuem um grau de sigilo ostensivo, onde, pode-se mostrar ou ostentar. A circulação desses documentos é horizontal, onde, se distribuem entre autoridades e pessoas ou autoridades do mesmo nível.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se realizar uma análise inicial do suporte em que se encontram os títulos e uma análise diplomática. Com as análises notou-se que os títulos são de cunho diplomático. Após a análise dos títulos públicos, conclui-se que todos estão em ótimas condições, eles estão um pouco amarelados por causa do tempo, porém estão bem conservados. Com a análise, conclui-se a riqueza de detalhes em alguns documentos para dificultar uma possível falsificação.

Os documentos da dívida interna brasileira possuem uma riqueza em detalhes e cores fortes, já os da dívida externa são diferentes, não possuem muitas cores, porém, existem outros modelos de títulos da dívida externa, com muitos ornamentos, e cores, e são riquíssimos em detalhes.

No decorrer da pesquisa várias dificuldades foram superadas, uma delas foi realizar este último trabalho do curso, outra dificuldade encontrada foi a de trabalhar com outra metodologia da qual não estamos acostumados a aplicar, tivemos que buscar autores da área arquivística e foi realmente desafiador.

Os objetivos propostos foram alcançados com sucesso, os objetivos específicos também foram atingidos como identificar se os documentos são de cunho diplomático e identificar os materiais utilizados para a verificação dos documentos.

No início da pesquisa houve uma pequena dificuldade com os termos da área de Arquivologia e Diplomática, por ser um campo desconhecido e houve momentos em que encontrava dificuldades entender algumas abordagens de alguns autores, mas com estudos mais aprofundados pude entender e conseguir atingir o objetivo esperado da pesquisa.

A opção pelo tema foi um interesse adquirido no decorrer do curso de graduação, com este trabalho tivemos a oportunidade de mostrar que é possível um bibliotecário analisar um documento arquivístico. Este estudo contribuiu muito para o meu crescimento acadêmico, e profissional.

Por fim, este trabalho nos proporcionou um grande aprendizado, e nos fez conhecer uma área diferente do que será o nosso campo de trabalho, porém, podemos notar que apesar das dificuldades encontradas, com dedicação e estudo é possível trazer esta interdisciplinaridade de outras áreas para a biblioteconomia, não só as áreas que estão contidas neste trabalho.

O trabalho também proporcionou realizar uma prática diplomática em documentos reais de diferentes tamanhos e cores, o melhor de tudo foi poder constatar realmente que são documentos diplomáticos.

Esperamos que os profissionais da área de ciência da informação continuem buscando esta interdisciplinaridade para um maior conhecimento e fortalecimento da referida área.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva. A dívida pública externa do Brasil 1931-1943. **Pesq. Plan. Econ.**, Rio de Janeiro, p. 37-87, jun. 1975. Disponível em: <<http://www.memoria.nemesis.org.br/index.php/ppe/article/viewFile/654/596>>. Acesso em:
- AMARAL, R. Q.; OREIRO, J. L. A relação entre o mercado de dívida pública e a política monetária no Brasil. **R. Econ. Contemp.**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 491-517, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rec/v12n3/04.pdf>>. Acesso em:
- BATISTA JR, Paulo Nogueira. A transformação da dívida externa em títulos de longo prazo. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 22-40, jul./set. 1988. Disponível em: <http://www.rep.org.br/PDF/31-2.PDF>. Acesso em:
- BARROS, J. D'A. História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço. **MOUSEION**, v. 3, n. 5, jan./jul. 2009. Disponível em: <http://www.unilasalle.edu.br/museu/mouseion/historia_memoria.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2013.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. São Paulo: T A. Queiroz, 1991. p. 198.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 120.
- BELLOTO, Heloísa Liberalli. Diplomática e tipologia documental em arquivos. Brasília: Briquet de Lemos, 2008. p. 106.
- BERWANGER, A. R.; LEAL, J. E. F. Noções de paleografia e de diplomática. 3. ed. Santa Maria: Editora UFSM, 2008, p. 25, 26, 27 e 35.
- BROOKES, B. The foundations of information science: philosophical aspects. **Journal of Information Science**, v. 2, p. 125-133, 1980.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

CAMARGO, A. M. A. Uma ferramenta para arquivistas e usuários do arquivo (apresentação). In: *História administrativa do Paraná (1853-1947): criação, competências e alterações das unidades administrativas da Província e do Estado*. Curitiba: Imprensa Oficial / DEAP, 2000.

CAMARGO, A. M. A.; BELLOTO, H. L. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros/ Secretaria do Estado da Cultura, 1996.

CÂNDIDO, M. M. D. Museus como espaço de interdisciplinaridade e o ofício do historiador. In: *SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25.*, 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, ANPUH, 2009. p. 2-6.

CENCETTI, G. La preparazione dell'archivista. *Antologia di scritti archivistici*, 1985, *apud* Duranti, cit., p. 37.

CHAVES JÚNIOR, F. P. *Perícia documentoscópica e grafotécnica*. Goiânia, 2011.

COSTA, S. C. *Laudo pericial de exame documental e grafotécnico*. São Paulo, 2007.

CUNHA, M. B. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v.28, n.3, p. 257-268, set./dez. 1999.

D'AURIA, Francisco. *Revisão e perícia contábil*. Editora Nacional, 1962. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27217/000763015.pdf?...1>>. Acesso em:

D' ARAUJO, M. C (Org.). *Getúlio Vargas*. Brasília: Edições Câmara, 2011. p. 793. Disponível em: < <http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/7264/getuliovargas.pdf>>. Acesso em: ISBN 978-85-736-5860-6

DESCHATELET, G. L'archivistique ET La bibliothéconomie: deux disciplines soeurs dans l'arbre genealogique des sciences de l'information. In: GIRA, La place de l'archivistique dans La gestion de l'informations: perspectives de recherches. Montreal: Ministère des Affaires Culturelles/Archives Nationales Du Quebec, 1990.

DESVALÉES, A.; MAIRESSE, F. (Dir.). Concepts clés de muséologie. ICOFOM. 2010. p. 87.

DURANTI, Luciana. The concept of appraisal and archival theory. *American Archivist*. V. 57, Spring, 1994 a. ____ . Registros Documentais Contemporâneos como Provas de Ação. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 7, n.13, p.49-64, 1994b.

DURANTI, L. *Diplomatica usos nuevos para una antigua ciencia*. Córdoba, 1995.

FONSECA, M. O. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FOSKETT, D. J. Information science as na emergent discipline: educational implications. **J. Librarianship**, v.5, n. 3, jul. 1973.

FREIRE, G. H. Ciência da informação: temática, histórias e fundamentos. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 6-19, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a02.pdf>>. Acesso em:

FREITAS, C. A autenticidade dos objetos digitais. Coimbra, 2010. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15266/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20mestrado_CristianaFreitas.pdf>. Acesso em:

FUNARI, Pedro Paulo; CARVALHO, Aline Vieira. *Cultura Material e Patrimônio Científico: Discussões atuais*. In: GRANATO, Marcus; RANGEL, Márcio F. (Orgs.).

Cultura material e patrimônio da ciência e tecnologia. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, 2009. (Livro eletrônico). p. 3-13. Disponível em: <http://www.mast.br/livros/cultura_material_e_patrimonio_da_ciencia_e_tecnologia.pdf>. Acesso em 19 abr. 2013.

GAMA-RAMÍREZ, M. (coord.). El libro electrónico em la universidad: testimonios y reflexiones. México: Colégio Nacional de Bibliotecários; Buenos Aires: Alfagrama, 2006. p. 63-98.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <<http://www.pedagogia.quirinopolis.ueg.br/abnt/TiposdePesquisa-AntonioCarlosGil.pdf>>. Acesso em:

GOMES, S. A. Anotações de diplomática eclesiástica portuguesa. **Hvmanitas**, v. L, 1998. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/eclassicos/publicacoes/ficheiros/humanitas50/36_Saul_Gomes.pdf>. Acesso em:

GONÇALVES, J. Como classificar e ordenar documentos de arquivos. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

GUIMARÃES, J. A. C.; TOGNOLI, N. B. Construção e desenvolvimento da diplomática arquivística: elementos para uma reflexão epistemológica. In: RICHTER, E. I. S.; ARAÚJO, J. C. G. (Org.). Paleografia e diplomática: 30 anos no curso de arquivologia. Santa Maria, UFSM, 2007.

GRANATO, M. A diversidade de profissionais que atuam em museus e suas relações e funções. In: MICHELON, F.; TAVARES, F. (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios sobre a diversidade cultural**. Pelotas, RS: Editora da UFPEL, 2009, v.1, p. 43-76.

JORENTE, M. J. V. Ciência da informação: mídias e convergência de línguas na web. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. Disponível em: <http://www.culturaacademica.com.br/_img/arquivos/Ciencia_da_informacao-WEB_v2.pdf>. Acesso em: . ISBN: 978-85-7983-330-4.

KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. Metodologia da Pesquisa: um guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010. 88 p. Disponível em: <<http://www.pgcl.uenf.br/2013/download/LivrodeMetodologiadaPesquisa2010.pdf>>. Acesso em:

LE-COADCIC, Yves-François. A ciência da informação. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LIGIERI, J. M. Análise documentoscópica. São Paulo, 2008.

LIMA, D. F. C. Museologia-museu e patrimônio, patrimonialização e musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan./abr. 2012. Disponível em: <[http://www.museu-goeldi.br/editora/bh/artigos/chv7n1_2012/museologia\(lima\).pdf](http://www.museu-goeldi.br/editora/bh/artigos/chv7n1_2012/museologia(lima).pdf)>. Acesso em:

LIMA, D. F. C. Museu, poder simbólico e diversidade cultural. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 16-26, jul./dez. 2010.

LIMA, D. F. C. Museologia e patrimônio interdisciplinar no campo: história de um desenho (Inter)Ativo. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Bahia. **Anais...** Bahia, ENANCIB, 2007. p. 1-7.

LOPES, M. K. L. Análise diplomática dos projetos da modernização da estação de tratamento da hidráulica moinhos de vento. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/40240/000827660.pdf?sequence=1>>. Acesso em:

MARCHIORI, P. Z. “Ciberteca” ou biblioteca virtual: uma perspectiva de gerenciamento de recursos de informação. **Ciê. Inf.** v. 26, n. 2, 1997. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/389/349>>. Acesso em:

MARTINS, W. A palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, 1996.

MEDEIROS, B. T. F.; MORAES, E. J. F; SANTOS, J. H. N. [et al]. O “Observamus” e o programa de museus afro-digitais. In: FERNETTI, S. F. (org.). **Museus Afro-Digitais e Política Patrimonial**. São Luís: EDUFMA, 2012.

MEDEIROS, N. L.; NODARE, T.; ARAÚJO, C. A. A. As relações do conhecimento produzido na área de arquivologia com a ciência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 39, n. 2, p. 44-53, mai./ago. 2010. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewArticle/1795>>. Acesso em:

OLIVEIRA, L. C.; CRESPO, M. R. Fundamentos teóricos e estatuto científico da biblioteconomia e ciência da informação. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v.1, n. 5, p. 66-85, jan. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pcbib/article/view/15527>>. Acesso em:

OHIRA, M. L. B.; PRADO, N. S. Bibliotecas virtuais e digitais: análise de artigos periódicos brasileiros (1995/2000). **Ci. Inf.**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 61-74, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n1/a07v31n1.pdf>>. Acesso em:

ORTEGA, C. D. Relações históricas entre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. **Data Grama Zero**, v. 5, n. 5, out. 2004. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002048&dd1=05069>>. Acesso em:

PAES, Marilena Leite. Arquivo teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 225.

PIETRO, L. F.; CARVALHO, N. F. Organização de documentos audiovisuais e imagéticos: uma abordagem em diplomática e tipologia documental. Brasília, DF: UNB, 2010. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/1559/6/2010_LailaDiPietro_NataliaCarvalho.pdf> . Acesso em:

PINHEIRO, A. C. C. Documento de arquivo. Goiânia: PUC-GO, 2012.

PINHEIRO, J. G. P. Laudo de exame de documento. Goiânia, 2009.

PIRES, M. A. A. Considerações sobre a perícia e aspectos neopatrimonialistas nessa tecnologia contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, ano 25, n. 101, p. 1-13, set./out. 1996. Disponível em: <http://www.peritoscontabeis.com.br/trabalhos/pericia_contabil.pdf>. Acesso em:

PIRES, E. A. N. O bibliotecário como agente transformador social: sua importância para o desenvolvimento da sociedade informacional através da disseminação da informação. Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação – EREBD N / NE. GT 6: Tema Livre. Pará: UFP, 2012. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/O%20bibliotec%C3%A1rio%20como%20agente%20transformador%20social.pdf>> . Acesso em: 19 abr. 2013.

PUPIM, E. K. Gênese documental de álbuns fotográficos: um estudo de caso aplicado a uma indústria de grande porte. São Paulo: UNESP, 2010.

WERMANN, José Jair. Perícia contábil e o laudo de exame contábil. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27217/000763015.pdf?...1>>. Acesso em:

REIS, L. O arquivo e a arquivística evolução histórica. **Biblios**, ano. 7, n. 24, abr./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=16172402>>. Acesso em:

RIBEIRO, C. F. A. O acesso à informação nos arquivos. Porto, 1998. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo1561.PDF>>. Acesso em:

RODRIGUES, A. C. Da abordagem clássica da diplomática a moderna tipologia: a trajetória de um referencial metodológico para a identificação de documentos de arquivo. In: II Congresso Nacional de Arquivologia – IV Seminário de Paleografia e Diplomática, 2006, Porto Alegre, RS. Anais do II Congresso Nacional de Arquivologia. Porto Alegre, RS, 2006.

RODRIGUES, A. M. L. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspect. Ciênc. Inf.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 102-117, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a09>>. Acesso em:

RODRIGUES, A. C. Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos. São Paulo: USP, 2008. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-27112008-151058/pt-br.php>>. Acesso em:

RODRIGUES, A. O museu histórico como agente de ação educativa. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. Rio Grande do Sul, v.2, n. 4, p.215-222, dez. 2010.

RONDINELLI, R. C. Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

SCHELLE FILHO, E. A. Perícias forenses. Brasília-DF, 2004.

SCHELLE FILHO, E. A. Perícias forenses. Goiânia, 2012.

SCHELLENBERG, T. R. Arquivos modernos : princípios e técnicas 6.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. 386 Inclui bibliografia e índice. ISBN 8522503745

SILVA, A. M. [et. al.] A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objeto científico. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SMIT, J. W. O documento audiovisual ou a proximidade entre as três Marias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 26, n. 1/2, p. 81-85, 1993.

SMIT, J. W. Arquivologia/biblioteconomia: interfaces das ciências da informação. **Informação e Informação**, Londrina, v. 8, n.1 p. 12, jun./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1713/1464>>. Acesso em:

SIQUEIRA, J. C. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 52-66, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pci/v15n3/04.pdf>>. Acesso em:

SUANO, M. O que é museu. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TESOURO NACIONAL. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/divida-publica-federal/sobre-a-divida-publica-federal>>. Acesso em:

TOGNOLI, N. A informação no contexto arquivístico: uma discussão a partir dos conceitos de informação-como-coisa e informação orgânica. *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 113-122, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/8>>. Acesso em:

TOGNOLI, N. B. A diplomática arquivística contemporânea: o papel teórico de Luciana Duranti. In: *Anais do III Congresso Nacional de Arquivologia*. Rio de Janeiro, 2008.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A Diplomática Contemporânea como base metodológica para a organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de inovação a partir das idéias de Luciana Duranti. In: ROMERO, N.L. (Ed). (ORG). *Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento*. 1ªed. Valência: Universidad Politécnica de Valencia, 2009, v.1, p. 38-47.

TOGNOLI, N. B.; GUIMARÃES, J. A. C. A organização do conhecimento arquivístico: perspectivas de renovação a partir das abordagens científicas canadenses. *Perspect. ciênc. inf.*, v.16, n.1, Belo Horizonte, mar. 2011, p. 21-44. ISSN 1413-9936. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141399362011000100003>. Acesso em: 01 mar. 2013.

TOUTAIN, L. M. B. B. (org.). *Para entender a ciência da informação*. Salvador: EDUFBA, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/145/1/Para%20entender%20a%20ciencia%20da%20informacao.pdf>>. Acesso em: . ISBN: 978-85-232-0477-8.

TOZONI-REIS, M. F. C. *Metodologia da Pesquisa Científica*. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2007. 19 p. ISBN: 978-85-7638-768-8.

VEITENHEIMER-MENDES, I. L.; FÁBIAN, M. E.; SILVA, M. C. P. Museu de História Natural. In: Cicero Galeno Lopes, Luiz Gonzaga Adolfo, Maria Cristina C. de C. França,

Valéria Brisolara, Zilá Bernd. (Org.). **Memória e Cultura: perspectivas Transdisciplinares**. 1 ed. Canoas, 2009, v. 1, p. 189-209.

VELASCO, J.; ODDONE, N. O livro eletrônico na prática científica: estratégia metodológica. In: VIII ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Bahia, 2007. Disponível em : <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT7--069.pd> >. Acesso em:

VENCESLAU, H. M. Associação de um modelo teórico de curva de juros ao apreçamento de títulos públicos externos. Brasília, DF: UNB, 2005.

VIEIRA, S. B. Técnicas de arquivo e controle de documentos. Rio de Janeiro: Temas & Ideias, 2001.